



Roteiro para uma **justiça melhor**

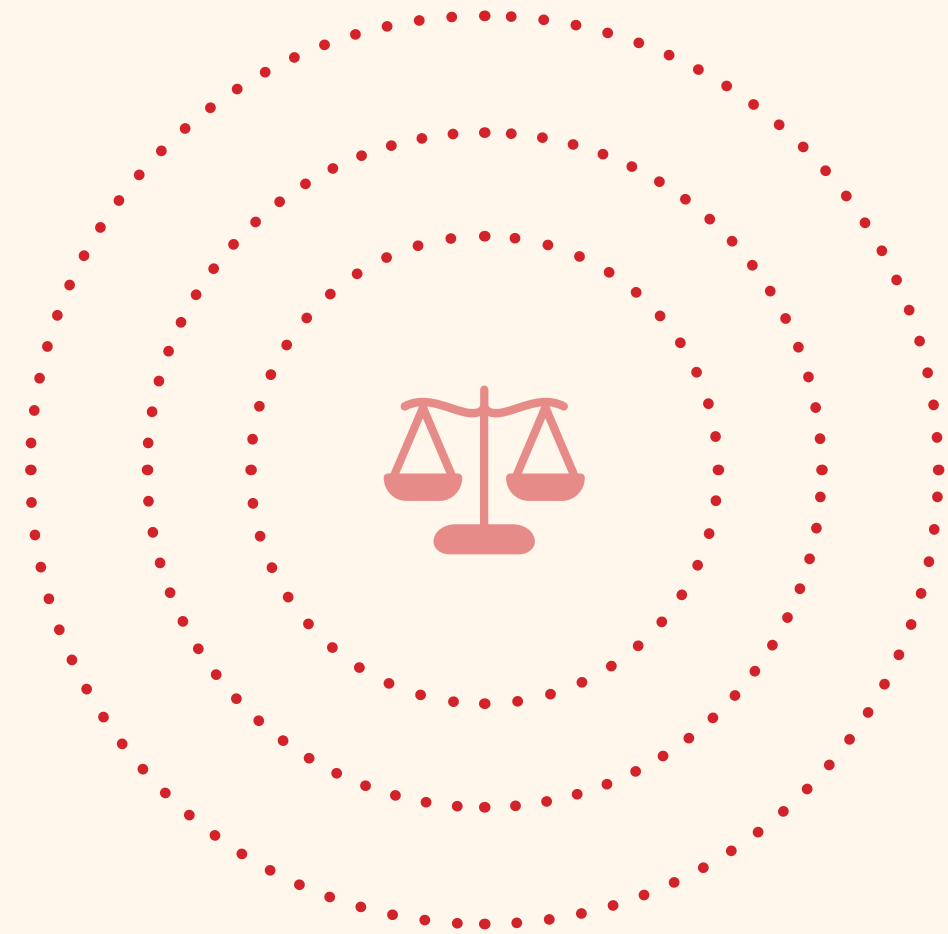
Plano de ação para melhorar o
sector da justiça em Timor-Leste

Sumário das ações recomendadas
Maio de 2024

Roteiro para uma **justiça melhor**

Plano de ação para melhorar o sector da justiça em Timor-Leste

Sumário das ações recomendadas
Maio 2024



SUMÁRIO EXECUTIVO

O sector da justiça é um dos pilares fundamentais da construção do Estado. No entanto, a construção do sistema judicial, criado em 2002 aquando da restauração da independência, é um trabalho ainda em curso. Com tribunais de primeira instância apenas em quatro municípios, evidências de necessidade de melhoria da coordenação das instituições judiciárias e recursos humanos insuficientes e debilitados na sua capacidade técnica, o sistema de justiça formal continua a ser uma realidade distante para a maior parte da população, especialmente a que vive nas zonas rurais. Por conseguinte, a melhoria do sector da justiça foi colocada no topo da lista das prioridades do IX Governo, liderado por Sua Excelência o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão. O programa para os cinco anos de governo aponta uma série de desafios, fraquezas e lacunas.

O Gabinete do Primeiro-Ministro solicitou ao PNUD que reunisse um pequeno grupo de trabalho para auxiliar o Gabinete do Primeiro-Ministro no desenvolvimento de um roteiro para a melhoria do sector da justiça, delineando prioridades e um conjunto de soluções imediatas. Este roteiro é apresentado de acordo com a estrutura do relatório principal que o suporta e que o leitor pode consultar para compreender melhor os fundamentos das recomendações e a sequência das ações propostas. Cada secção do relatório principal, inicia com um breve resumo dos desafios identificados e das razões pelas quais devem ser abordados, seguindo-se uma descrição sumariada dos dados empíricos relevantes e disponíveis, para, por fim, fundamentar as ações que devem ser tomadas para melhorar os níveis de desempenho do sistema de justiça. Sempre que necessário, o relatório principal destaca possíveis caminhos e opções a considerar. Cada secção termina com um resumo das recomendações e das ações propostas. No presente roteiro aquelas recomendações e conjunto de ações são detalhadas, identificando-se o seu nível de prioridade e prazo de execução.

O grupo de trabalho adotou uma abordagem sistémica com vista à melhoria do sector da justiça. O nível de coordenação no sector da justiça tem sido insuficiente. Apesar de se verificarem algumas aparentes melhorias, as diferentes componentes do sistema de justiça continuam a desenvolver as suas atividades, em maior ou menor grau, de forma isolada. No entanto, a maior parte das soluções recomendadas estão interligadas. Assim, as ações propostas não devem ser vistas como iniciativas ou investimentos autónomos e isolados, mas sim como elementos de um sistema integrado, em que as melhorias numa instituição (ou as deficiências que persistam) terão implicações noutras componentes do sistema.

Os quadros utilizados no presente documento de síntese organizam as ações previstas em diferentes prazos de execução e níveis de prioridade, como se segue:

PRAZO DE EXECUÇÃO:

Curto prazo
1-2 anos



Médio prazo
2-5 anos



Longo prazo
5+ anos



PRIORIDADE

Elevada



Média

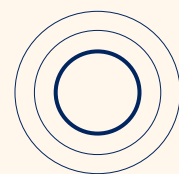


Baixa

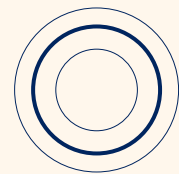


PRODUÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS

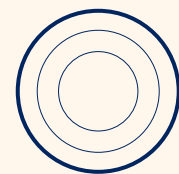
Curto prazo:
1-5 anos



Médio prazo:
5-10 anos



Longo prazo
10+ anos



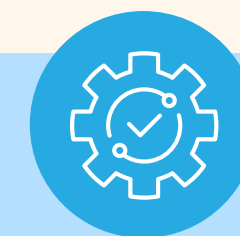
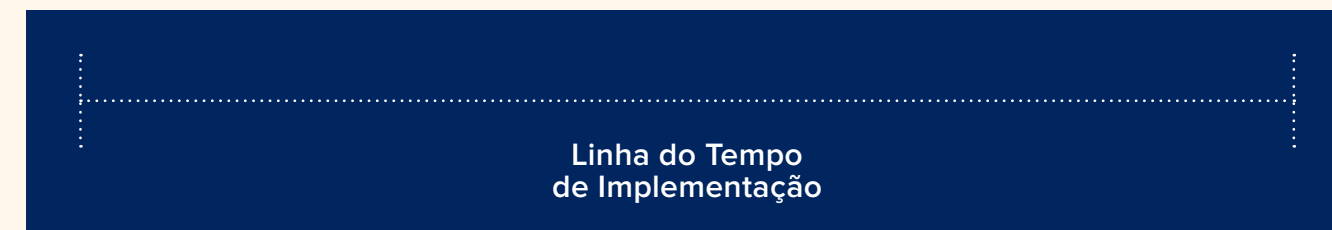
EXEMPLO

Cada secção começa com uma representação visual das ações: os círculos dispostos horizontalmente numa linha do tempo da implementação estão pintados numa cor que indica a sua prioridade e o círculo mais espesso indica o impacto dos resultados esperados no tempo.

A cor representa a **PRIORIDADE**



A espessura do círculo representa o **IMPACTO DOS RESULTADOS ESPERADOS NO TEMPO**

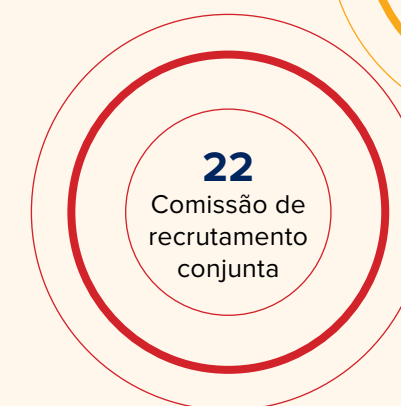
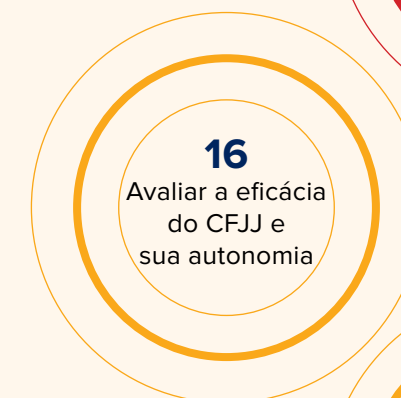
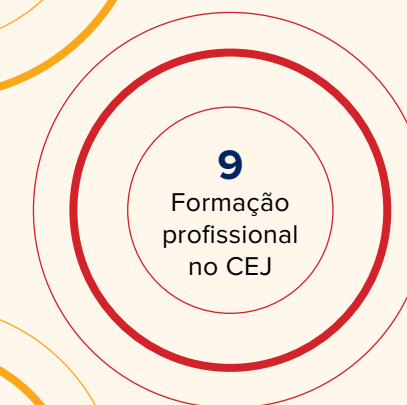
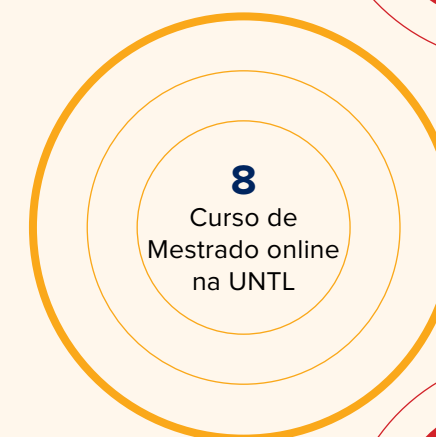
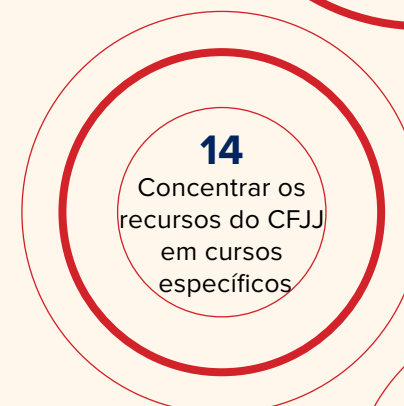
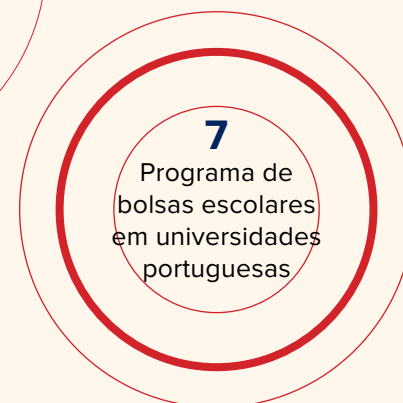
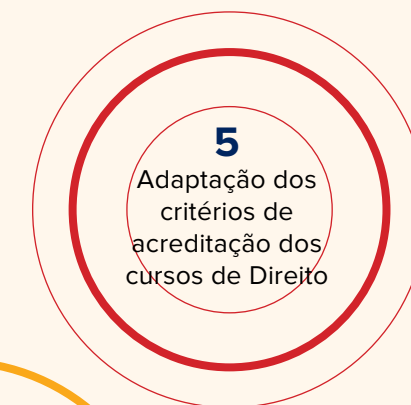
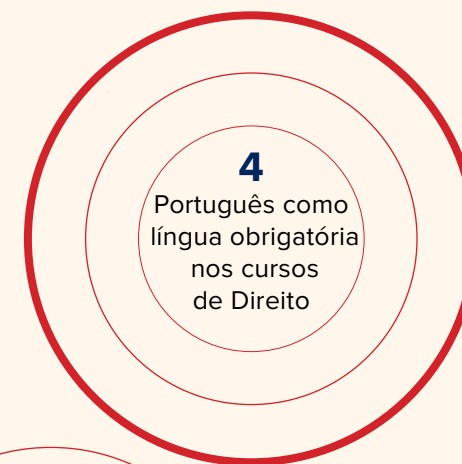


SECÇÃO 1 METODOLOGIA

O presente roteiro é um documento orientado para a solução e a ação. Embora o grupo de trabalho tenha efetuado uma revisão exaustiva dos diagnósticos anteriores, que se encontram tratados no relatório principal, centrou-se numa abordagem orientada para a ação e para as soluções. Algumas das recomendações realizadas no passado revelaram-se, por vezes, inadequadas, demonstrando pouca atenção às limitações existentes quanto à capacidade técnica dos recursos humanos e às capacidades institucionais, num país em desenvolvimento, mas ainda frágil, como Timor-Leste, não tomando em devida consideração a necessidade de seguir um caminho gradual que permita o amadurecimento e a consolidação das medidas implementadas. Nesta medida, o roteiro identifica o nível de prioridade das ações recomendadas, os intervenientes que devem ser envolvidos e o horizonte temporal previsto para alcançar o resultado desejado. A metodologia também reflete uma **abordagem sistémica** para melhoria do sector da justiça: as instituições de justiça funcionam como um sistema interligado, pelo que as melhorias (ou fraquezas que persistam) numa instituição terão implicações noutras componentes do sistema, possivelmente até no sistema como um todo.



SECÇÃO 2: DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS



SECÇÃO 2: DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

Política Geral

Desafio: Os recursos humanos estão no centro dos desafios relativos ao desempenho no sector da justiça.

Recomendação: Necessidade de uma abordagem estratégica para a formação de recursos humanos no sector da justiça com medidas a curto, médio e longo prazo.



Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
1	Rever o atual Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos para o sector da justiça (carreiras, formação, avaliação de desempenho, promoções, movimentações e colocações, salários e subsídios)	●	▬	Governo Conselhos Superiores Universidades CFJJ	Uma política de carreiras para as profissões judiciais transparente e orientada por incentivos, que tenha em conta a realidade atual do sector da justiça timorense	
2	Rever os critérios de recrutamento de juizes/assessores internacionais para melhorar as funções de aconselhamento, formação e mentoria. Os critérios de seleção e os protocolos de contratação devem incluir a assistência ao CFJJ na realização de pequenos seminários práticos de Direito. (O período para o qual os serviços de assessoria internacional são contratados deve ser limitado e não renovável)	●	▬	Governo CFJJ	Apoio consultivo, temporalmente definido, magistrados do Ministério Público e defensores públicos nacionais, beneficiando simultaneamente de conhecimentos especializados internacionais para a formação prática no Centro de Formação Jurídica e Judiciária.	
3	Rever o Código de Processo Penal, nomeadamente as disposições relativas à nova fase de instrução, e a Lei de Organização Judiciária a fim de o adaptar à realidade timorense e aos recursos humanos atuais	●	▬	Governo Parlamento Nacional	Leis/procedimentos penais que estejam alinhados com as realidades do sistema judicial timorense.	

Melhorar a qualidade das faculdades de Direito

Desafio: As faculdades de Direito carecem de infraestruturas adequadas e têm dificuldade em proporcionar um ensino jurídico de qualidade. Professores com qualificações insuficientes, currículos desatualizados e recursos inadequados afetam a preparação dos futuros profissionais do direito.

Recomendação: Elevar a formação académica nacional a um nível superior.

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
4	Tornar o português a língua do ensino superior nos cursos de Direito. (ver secção 3)	●	▬	Governo Universidades Parlamento Nacional	Assegurar um ensino jurídico de qualidade com o português como língua de trabalho	
5	Adaptação dos critérios de acreditação dos cursos de Direito ministrados nas universidades privadas (ver secção 3)	●	▬	Governo Universidades	Harmonizar a acreditação dos cursos de Direito nas universidades Melhorar a qualidade do ensino superior no domínio do Direito Adaptar os currículos dos cursos de Direito às necessidades do país	
6	Estabelecer um programa de mentoria entre professores de instituições estrangeiras, nomeadamente de Portugal, e os seus homólogos da UNTL	●	▬	UNTL	Tirar partido da experiência do meio académico jurídico português, oferecendo orientação ao corpo docente da UNTL através de intercâmbios regulares presenciais e virtuais	

Preparar os futuros profissionais do Direito

Desafio: Os recursos humanos estão no centro dos desafios relativos ao desempenho do sector da justiça. A qualidade do ensino jurídico nas universidades nacionais não está ainda alinhada com os padrões internacionais.

Recomendação: Necessidade de uma abordagem estratégica para a formação dos recursos humanos do sector da justiça, com medidas a curto, médio e longo prazo. Investir na qualidade do ensino superior dos futuros profissionais do Direito, combinando a formação no estrangeiro com o reforço das faculdades de direito timorenses.

7	Programa de bolsas escolares para a formação superior em Direito em universidades portuguesas Conceber um modelo de recrutamento baseado no mérito que garanta a igualdade de oportunidades de acesso e que considere de forma transparente os desafios em matéria de género Condicionar a concessão de bolsas ao compromisso de exercer as funções de juiz, procurador ou defensor público durante, pelo menos, 10 anos	●	▬	Governo Conselhos Superiores	Otimizar de imediato a qualidade da formação jurídica dos jovens timorenses, preparando simultaneamente a qualificação das instituições nacionais	
---	--	---	---	---------------------------------	---	--

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
8	Implementar um programa de Mestrado em Direito a distância na UNTL em colaboração com universidades portuguesas	●		UNTL	A formação de qualidade ministrada no país aos atuais e futuros profissionais do Direito permitirá dotar o país de um setor privado e público com os conhecimentos jurídicos necessários	
9	Formação profissional a organizar no CEJ para os recém-licenciados, num programa especial adaptado aos futuros juizes e procuradores timorenses, que deverá incluir formação em direito administrativo e fiscal	●		Conselhos Superiores Governo	Assegurar que os recém-formados pelas universidades portuguesas frequentem um curso introdutório sobre as particularidades do sistema jurídico timorense antes de serem colocados	

Melhorar o desenvolvimento profissional dos atuais profissionais

Desafio: A formação profissional dos atuais profissionais é insuficiente; alguns profissionais recebem apenas uma formação mínima ou, em alguns casos, nenhuma formação. O Centro de Formação Jurídica e Judiciária necessita de apoio, mas deve começar por melhorar a sua capacidade de gestão.

Recomendação: Necessidade de uma abordagem estratégica para a formação dos recursos humanos do sector da justiça com medidas a curto, médio e longo prazo. A curto prazo, será necessária formação no estrangeiro e, a longo prazo, será necessário investir na gestão do CFJJ.

10	Realização de cursos de formação de curta duração (1 ano no máximo) em Portugal para juizes e magistrados do Ministério Público	●		Conselhos Superiores Governo	É alcançada uma capacidade técnica profissional de alta qualidade enquanto a gestão e a capacidade do CFJJ estão a ser melhoradas	
11	Seleção de juizes e magistrados do Ministério Público para realização de formação em Portugal em direito administrativo e direito fiscal	●		Conselhos Superiores Governo	Um pequeno grupo de juizes e magistrados do Ministério Público dos tribunais de primeira instância selecionados e do Tribunal de Recurso recebem formação para tratar o número limitado de processos de direito administrativo e fiscal	
12	Realização de cursos de formação de curta duração (máximo de 1 ano) no Brasil (ou em Portugal) para defensores públicos selecionados	●		Defensoria da Pública Governo	Defensores públicos mais bem formados que podem melhorar a assistência jurídica à população	

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
13	Solicitar o apoio do CEJ (Portugal) para auxiliar o CFJJ a melhorar a sua gestão estratégica para a formação de profissionais jurídicos em Timor	●		Governo CFJJ	A capacidade do CFJJ é melhorada em termos de gestão estratégica, os currículos são aperfeiçoados e possibilita-se o recrutamento de formadores nacionais e internacionais	
14	Sem prejuízo de uma avaliação atualizada das necessidades, concentrar os recursos do CFJJ na realização de cursos específicos (que serão cada vez mais ministrados a distância à medida que a cobertura de internet no país for melhorando): <ul style="list-style-type: none"> · Sem prejuízo de uma avaliação atualizada das necessidades, concentrar os recursos do CFJJ na realização de cursos específicos (que serão cada vez mais ministrados a distância à medida que a cobertura de internet no país for melhorando): · Realização de cursos de formação para notários e conservadores, com especial incidência nos litígios de terras, divórcios, etc. · Formação de oficiais de justiça · Formação para auditores da Câmara de Contas · Formação para técnicos de cadastro · Formação para as diferentes profissões forenses em matéria de género/violência sexual e violência contra as mulheres · Formação para as diferentes profissões forenses em matéria de direitos humanos · Formação regular em matéria de ética para todos os profissionais da justiça. · Clínicas práticas para profissionais forenses (com a participação de assessores internacionais) 	●		Conselhos Superiores CFJJ Provedoria de Justiça e dos Direitos Humanos Comissão de Terras e Propriedades	Em conformidade com uma avaliação exaustiva das necessidades, um número específico de cursos de formação no CFJJ, ministrados por formadores profissionais nacionais e internacionais - privilegiar a qualidade sobre a quantidade	

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
15	A formação no CFJJ será ministrada tanto em português como em tétum, embora, a prazo, todos os cursos sejam ministrados em português	Alta	12 meses	Governo CFJJ	Assegura-se o pragmatismo na realização de cursos de formação no CFJJ, uma vez que alguns dos atuais profissionais ainda não são suficientemente fluentes em português	
16	Avaliar a eficácia da formação jurídica no Centro de Formação Jurídica e Judiciária e decidir sobre o estatuto jurídico/autonomia do CFJJ	Média	12 meses	Governo	As medidas adotadas para melhorar a gestão e a oferta de formação no CFJJ dão origem a uma instituição profissional preparada para a futura formação de profissionais do direito	

Melhorar a gestão das carreiras dos profissionais forenses (juizes, procuradores, defensores públicos, funcionários judiciais)

Desafio: Após o recrutamento, o percurso profissional de muitos profissionais forenses é incerto, com perspetivas limitadas quanto a possíveis promoções, movimentações ou colocações.

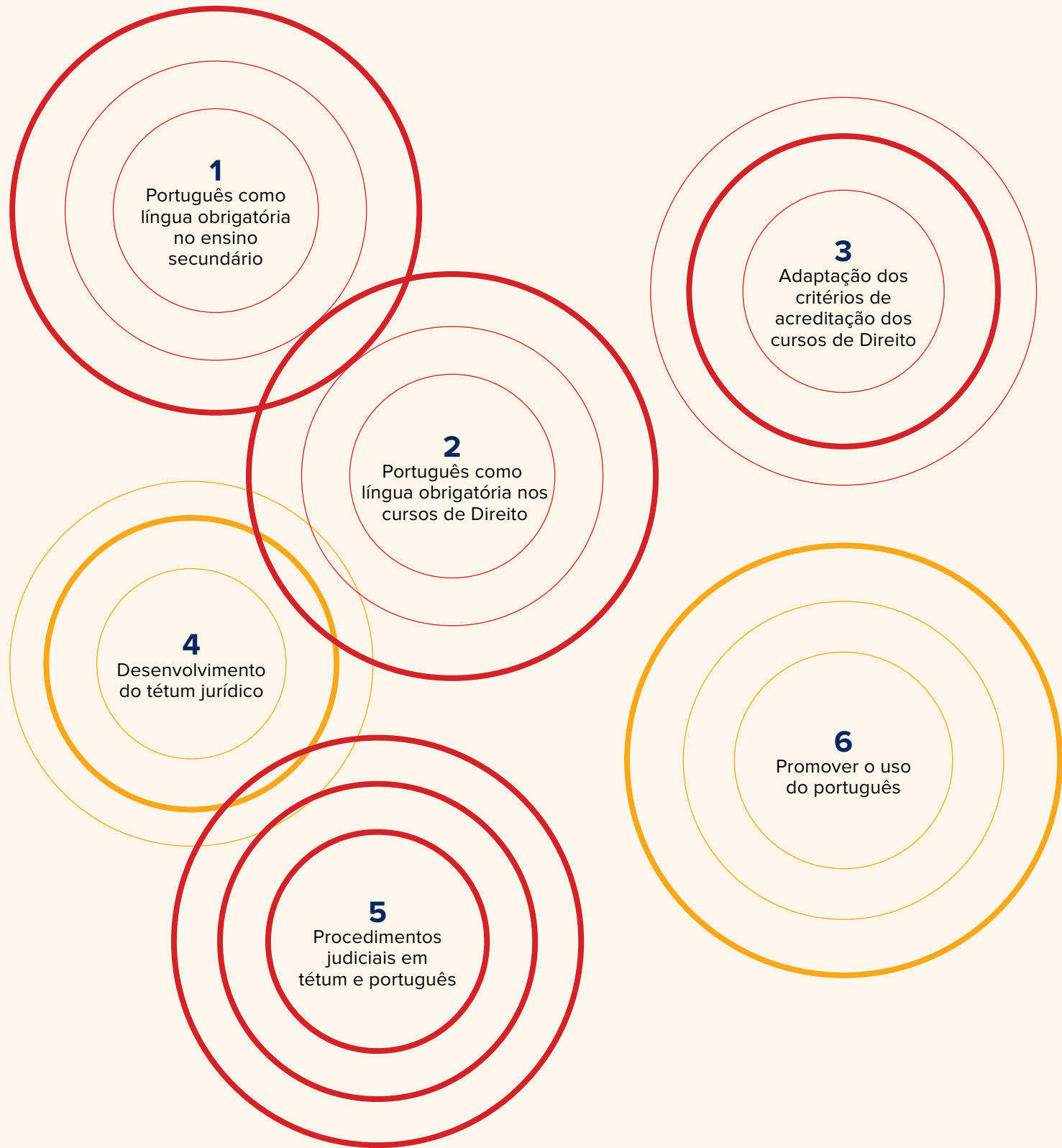
Recomendação: Necessidade de uma abordagem estratégica da formação dos recursos humanos do sector da justiça com medidas a curto, médio e longo prazo. Rever todos os elementos da gestão das carreiras das profissões forenses.

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
17	Reforçar o desempenho dos Conselhos Superiores para assegurar o seu papel de liderança na aplicação transparente das regras relativas à gestão das carreiras	Alta	12 meses	Conselhos Superiores	Os Conselhos Superiores dos juizes, procuradores e defensores públicos desempenham um papel de liderança na melhoria da gestão das carreiras das respectivas profissões	
18	Rever a política e as regras relativas aos salários e complementos salariais dos juizes, procuradores e defensores públicos e dos funcionários judiciais	Média	12 meses	Governo Conselhos Superiores	Transparência e coerência no que respeita às remunerações e benefícios atribuídos às profissões forenses	
19	Avaliar a política relacionada com a segurança dos juizes e dos magistrados do Ministério Público	Média	12 meses	Governo Conselhos Superiores	Os juizes e os magistrados do Ministério Público podem exercer as suas funções sem receio da sua segurança e da das suas famílias	

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
20	Regulamentar o tempo mínimo de exercício de funções exigido para que se possa decidir sobre o movimento de juizes e magistrados do Ministério Público (por exemplo, parece adequado um mínimo de 5 anos)	Alta	12 meses	Governo Conselhos Superiores	Os juizes e os magistrados do Ministério Público têm um melhor conhecimento das regras que regem a sua carreira	
21	Proporcionar uma carreira clara para os defensores públicos, com inspeções de desempenho e possibilidades de promoção e movimentação regulares	Alta	12 meses	Governo	Os estudantes licenciados que ambicionam uma carreira de defensor público beneficiam de incentivos	
22	Criar uma comissão de recrutamento conjunta de juizes, procuradores e defensores públicos, através dos respectivos Conselhos Superiores, para decidir para que profissões judiciais serão nomeados os licenciados pelas universidades portuguesas e onde irão exercer funções, definindo-se adequadamente os respetivos critérios	Alta	12 meses	Governo Conselhos Superiores	Existe transparência na nomeação dos licenciados pelas universidades portuguesas através de um painel de seleção multidisciplinar	



SECÇÃO 3: LÍNGUA



Curto Prazo
1-2 anos

Médio Prazo
2-5 anos

Desafio: Desde a restauração da independência de Timor-Leste, a língua tem estado no centro dos debates sobre o desenvolvimento do país. O sector da justiça tem sido particularmente afetado. A Constituição estipula que o tétum e o português são as línguas oficiais, mas a forma como estas línguas interagem ou deveriam interagir no setor da justiça tem sido, desde há muito, uma fonte de controvérsia.

Recomendação: Implementação de uma política linguística coerente e consistente, com uma estratégia que se baseie nas realidades atuais e que seja também orientada para o futuro.



Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
1	Elaborar e aplicar regras que tornem o português obrigatório no ensino secundário e investir num ensino de elevada qualidade	●	— — — — — —	Governo	Uma futura geração de estudantes timorenses falará tanto tétum como português. Aumento da percentagem da população que domina a língua portuguesa	
2	Tornar o português a língua do ensino superior, particularmente nos cursos de Direito	●	— — — — — —	Governo Universidades	Assegurar um ensino jurídico de qualidade, tendo o português como língua de trabalho (a prazo, a licenciatura em Direito por uma universidade que ensine em português será um requisito para ingressar no CFJJ)	

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
3	Adaptação dos critérios de acreditação dos cursos de Direito ministrados nas universidades privadas	●	▬	Governo Universidades	Harmonizar a acreditação dos cursos de Direito nas universidades Melhorar a qualidade do ensino superior no domínio do Direito Adaptar os currícula de Direito às necessidades do país	
4	Investimento no desenvolvimento do tétum jurídico, em colaboração com empresas de tradução (por exemplo, Google ou DeepL ou outros prestadores de serviços especializados de tradução que utilizem inovações tecnológicas)	●	▬	Governo Universidades	Disponibilidade de um instrumento para ultrapassar as barreiras linguísticas no acesso à justiça, para traduzir leis, regulamentos e jurisprudência em benefício das pessoas e das profissões jurídicas	
5	Assegurar que os procedimentos orais durante o inquérito e perante os tribunais sejam conduzidos em tétum (ou, quando necessário, em outras línguas locais), enquanto as decisões judiciais e a sua fundamentação são realizadas e escritas em português	●	▬	Governo Universidades	Garantir o acesso à justiça e a transparência dos procedimentos legais à maioria da população timorense	
6	Promover a utilização da língua portuguesa na televisão, na rádio e em outros meios de comunicação social para influenciar positivamente a proficiência da língua portuguesa no país	●	▬	Governo Universidades	Uma grande percentagem da população familiariza-se com a língua portuguesa através da televisão e das redes sociais	





SECÇÃO 4: ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS



Curto Prazo
1-2 anos

Médio Prazo
2-5 anos

Longo Prazo
5+ anos

SECÇÃO 4: ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS

Desafio: A assistência jurídica e a consciencialização para os direitos das pessoas são componentes essenciais do sistema judicial, mas que ainda não estão suficientemente desenvolvidas. A distância relativamente ao sistema formal e a débil capacidade técnica da Defensoria Pública minam a confiança das pessoas no sistema judicial e fundamentam a resolução frequente de muitos litígios através do direito costumeiro e da mediação.

Recomendação: Necessidade de desenvolver uma abordagem integrada e eficaz da assistência jurídica em todos os municípios, especialmente para a população desfavorecida e vulnerável, envolvendo defensores públicos, advogados privados, paralegais, autoridades locais, líderes tradicionais e outros apoios.



Defensores públicos e advogados privados

Desafio: A capacidade técnica limitada, a falta de recursos operacionais, a presença geográfica insuficiente, bem como um deficiente compromisso em trabalhar apenas para os mais vulneráveis da sociedade, são desafios que impactam a Defensoria Pública. Os advogados privados concentram-se principalmente em Díli e a profissão ainda não está regulamentada. Existe uma perceção generalizada de que os processos judiciais não têm sucesso por ausência de patrocínio judiciário adequado.

Recomendação: Dada a ausência de um número suficiente de advogados privados, é necessário, a médio e longo prazo, criar um quadro profissional de defensores públicos competente e, simultaneamente, regulamentar a profissão de advogado privado a longo prazo, através da criação da Ordem dos Advogados.

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
1	Rever o estatuto jurídico da Defensoria Pública com o objetivo de reforçar a sua independência e autonomia	●	— — — —	Governo Parlamento Nacional	Uma Defensoria Pública à altura da sua missão e que ofereça um percurso profissional interessante para os jovens licenciados em direito	◎◎

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
2	Produzir a regulamentação necessária para assegurar a correta aplicação da Decreto-Lei 21/2023 sobre o novo Estatuto da Defensoria Pública, que estabelece claramente que os defensores públicos apenas prestam apoio a pessoas que não têm capacidade económica para assegurar a sua defesa	●	— — — —	Governo Defensoria Pública	Uma Defensoria Pública de confiança, que preste os seus serviços apenas às pessoas necessitadas e que não entre em concorrência indevida com advogados privados. Chefes de Suco e outras autoridades reforçarão o seu papel na identificação dos mais vulneráveis. Existe também um maior envolvimento com o Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão	◎◎
3	Atribuir um orçamento suficiente à Defensoria Pública para garantir que os seus gabinetes sejam melhorados de acordo com as necessidades, com acesso a internet e meios de transporte adequados	●	— — — —	Governo Parlamento Nacional	As defensorias públicas dos municípios dispõem dos meios adequados para funcionar e prestar assistência jurídica às pessoas mais necessitadas	◎◎
4	Criação de defensorias públicas móveis para prestar assistência jurídica em municípios mais distantes (com atribuição transparente de ajudas de custo para a realização de tribunais móveis)	●	— — — —	Governo	Os defensores públicos dispõem de meios para participarem nas sessões do tribunal móvel	◎◎
5	Nomear um número suficiente de assessores internacionais para a Defensoria Pública, que prestarão apoio a distância e presencialmente aos defensores públicos que estão no terreno	●	— — — —	Governo	Os defensores públicos beneficiam de apoio presencial e remoto (a distância) de assessores internacionais com experiência em assistência jurídica.	◎◎
6	Sensibilização para o papel dos defensores públicos e para outras formas de assistência jurídica	●	— — — —	Governo Autoridades locais	A população é informada sobre o papel dos defensores públicos e sobre as condições para solicitar o seu apoio	◎◎
7	Criação da Ordem dos Advogados de Timor-Leste como um organismo independente de autorregulação, com um secretariado permanente e uma comissão de revisão ética	●	— — — —	Parlamento Nacional AATL	A profissão de advogado está adequadamente representada e organizada, com regulamentos internos sobre ética e deontologia	◎◎

¹ As pessoas que devem receber atenção prioritária são (a) as que correm o risco de serem condenadas a penas de prisão (por exemplo, as que correm o risco de serem condenadas a uma pena mínima de 3 anos de prisão devem ter direito a assistência jurídica gratuita), (b) os delinquentes juvenis, as mulheres arguidas e os arguidos portadores de deficiência.

² A regulamentação deve garantir que os defensores públicos não aceitem trabalho remunerado, uma vez que, ao fazê-lo, utilizam indevidamente os recursos do Estado em concorrência com os advogados privados.

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
8	Aprovar a lei que rege as sociedades de advogados	Alta	Curto	Parlamento Nacional AATL	Assegurar o desenvolvimento sustentável da profissão	
9	Estabelecer uma rede nacional de advogados timorenses capazes de prestar aconselhamento e assistência jurídica em tétum à população local	Alta	Curto	Ordem dos Advogados	Melhorar o acesso ao direito e à justiça	
10	Desenvolver relações com ordens de advogados de outros países, nomeadamente com as suas congéneres da CPLP, da ASEAN e da Oceânia	Alta	Curto	Ordem dos Advogados	Reforçar a profissão e beneficiar do intercâmbio de conhecimentos e troca de experiências com outros países	
11	Com base num estudo comparativo, produzir lei ou regulamentação sobre as condições em que os advogados estrangeiros/sociedades de advogados internacionais podem exercer a sua atividade em Timor-Leste, incluindo a previsão de possíveis requisitos que incluam o contributo para o reforço das capacidades técnicas dos profissionais timorenses, assim garantindo a abertura do mercado de trabalho jurídico a profissionais qualificados e a transferência de conhecimentos para os advogados timorenses	Alta	Curto	Ministério da Justiça Ordem dos Advogados Parlamento Nacional	Clareza sobre esta questão Os conhecimentos e a experiência de advogados internacionais podem ser benéficos para o desenvolvimento económico, para a transformação jurídica do país e para o desenvolvimento da profissão, embora com regulamentação clara acordada com a Ordem dos Advogados	

O papel da sociedade civil na consciencialização para os direitos e na assistência jurídica e o papel das clínicas jurídicas

Desafio: O número de defensores públicos e de advogados privados é insuficiente para cobrir as necessidades de assistência jurídica e de consciencialização para os direitos das pessoas. As mulheres e as raparigas, em especial, necessitam de assistência jurídica. Existe uma sociedade civil ativa em Timor-Leste, mas com a retração do envolvimento dos parceiros internacionais de desenvolvimento, as suas fontes de financiamento foram drasticamente reduzidas.

Recomendação: A realização de campanhas sobre os direitos dos cidadãos e sobre o funcionamento do sistema de justiça contribuirá para reforçar a confiança no sistema de justiça e assegurar a realização gradual de uma abordagem sob o lema "justiça para todos". Atendendo ao alcance limitado da assistência realizada por advogados privados e defensores públicos, os paralegais e os advogados de organizações da sociedade civil podem complementar a sua atuação. Realizar projetos-piloto de criação de clínicas jurídicas, com a participação de paralegais e estudantes de direito, com regulamentação que acorde sobre o papel desenvolvido por cada um e sobre o âmbito geográfico e subjetivo de aplicação.

³ Dado o número limitado de advogados timorenses, esta questão requer a devida atenção. Uma regulamentação que excluísse ou limitasse drasticamente o exercício de advocacia por advogados estrangeiros em Timor pode não ser desejável numa altura em que não existe sequer um número suficiente de profissionais locais prontos para assumir a carga de trabalho existente.

⁴ O Governo poderá exigir que qualquer sociedade de advogados internacional que ganhe contratos com o Governo cumpra os requisitos de capacitação técnica de profissionais timorenses. Estes requisitos devem ser desenvolvidos em consulta com a Ordem dos Advogados. O Governo deve também pedir a todos os parceiros internacionais de desenvolvimento que adotem um cedimento semelhante para os projectos adjudicados a sociedades internacionais.

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
12	Celebrar acordos com organizações da sociedade civil (OSC) para levar a cabo programas de sensibilização e divulgação comunitária a nível nacional com o objetivo de melhorar os conhecimentos jurídicos da população	Alta	Curto	Governo Sociedade civil	As pessoas são informadas dos seus direitos e do sistema jurídico, em especial nas zonas onde outros intervenientes do sistema de justiça não podem estar presentes	
13	Com base nas experiências de trabalho da sociedade civil em casos de violência sexual e violência de género, lançar projetos-piloto de clínicas jurídicas, geridas por organizações da sociedade civil, dotadas de paralegais, advogados e estudantes de direito e apoiadas através de um programa de pequenas subvenções patrocinado pelo governo	Alta	Curto	Governo Sociedade civil	Um projeto de uma clínica jurídica com alguma regulamentação flexível é testado, por forma a alargar as experiências do trabalho da sociedade civil no âmbito da violência sexual e violência de género a outras questões jurídicas com que as pessoas mais desfavorecidas se debatem: por exemplo, questões de terra, questões familiares, herança, divórcio	
14	Negociar acordos com a UNTL e universidades privadas para organizar estágios obrigatórios de estudantes de direito numa clínica jurídica	Alta	Curto	Governo Universidades	As clínicas jurídicas são compostas por jovens estudantes licenciados que adquirem experiência prática de assistência jurídica nos municípios, ao mesmo tempo que prestam serviços <i>pro bono</i> a pessoas necessitadas	
15	Realizar ações de sensibilização e de divulgação sobre os serviços que podem ser obtidos nas clínicas jurídicas	Alta	Curto	Governo Sociedade civil Autoridades locais Media	A população é informada sobre a existência de clínicas jurídicas e sobre os serviços e a assistência que pode obter	

O papel da Provedoria dos Direitos Humanos e da Justiça

Desafio: A insuficiência de recursos humanos e a limitada dispersão territorial dos gabinetes da Provedoria dos Direitos Humanos e da Justiça (PDHJ) condicionam a descentralização das infraestruturas de assistência jurídica e impedem o desenvolvimento pleno do seu potencial enquanto pedra angular do sistema de assistência jurídica.

Recomendação: Dado o papel potencial da Provedoria dos Direitos Humanos e da Justiça na contribuição para um ambiente jurídico mais harmonioso, é necessário reforçar as suas competências, promover a sua descentralização e assegurar que os seus serviços estejam disponíveis para as populações residentes em municípios mais distantes.

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
16	Descentralização e expansão dos gabinetes da Provedoria dos Direitos Humanos e da Justiça (PDHJ) e integração do Provedor de Justiça no planeamento dos recursos humanos, assegurando a existência de recursos humanos adequados para responder às exigências de um quadro de competências alargado	Alta	Curto prazo	PDHJ Governo Parlamento Nacional	Permitir que a PDHJ desempenhe melhor o seu papel de pedra angular no quadro da assistência jurídica, promovendo o acesso à justiça e salvaguardando os direitos dos cidadãos	Alta
17	Reforçar o papel da PDHJ na promoção da educação para os direitos e na prestação de informações e orientações sobre o acesso à assistência jurídica	Alta	Curto prazo	PDHJ	Aumento da literacia jurídica e da capacidade das pessoas de exercer e fazer valer os direitos	Alta
18	Alargar as atribuições da PDHJ, incluindo a monitorização as decisões realizadas com base no direito costumeiro, a fim de evitar preconceitos e discriminações e garantir que as normas estabelecidas na Constituição e nas leis são cumpridas	Alta	Curto prazo	Governo Parlamento Nacional	Reforço do direito costumeiro como meio alternativo de resolução de litígios, em conformidade com a Constituição e os direitos humanos.	Alta

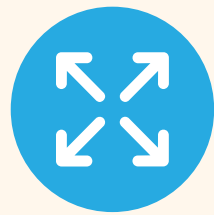
Ligação entre o sistema de justiça formal e o direito costumeiro

Desafio: A história, a distância geográfica do sistema de justiça formal, o acesso limitado a defensores públicos, os atrasos na obtenção de justiça e a falta de conhecimentos jurídicos são fatores que explicam o recurso de uma grande percentagem da população ao sistema de justiça tradicional e costumeiro e a meios alternativos de resolução de litígios. O direito tradicional foi reconhecido na Constituição (artigo 2.º, n.º 4) e o artigo 123.º, n.º 5 estipula que "a lei pode institucionalizar meios e formas para a resolução não jurisdicional de litígios". No entanto, até à data, nunca foi adotada qualquer legislação sobre o sistema tradicional de resolução de litígios.

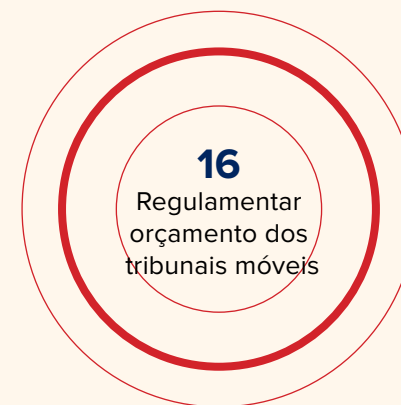
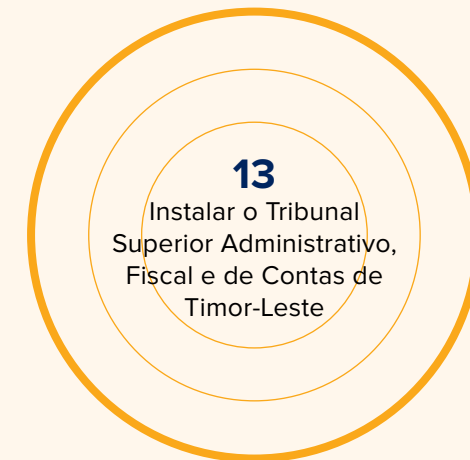
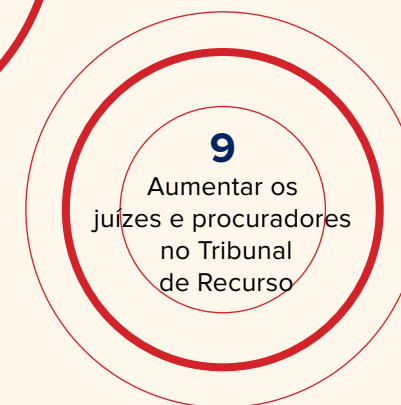
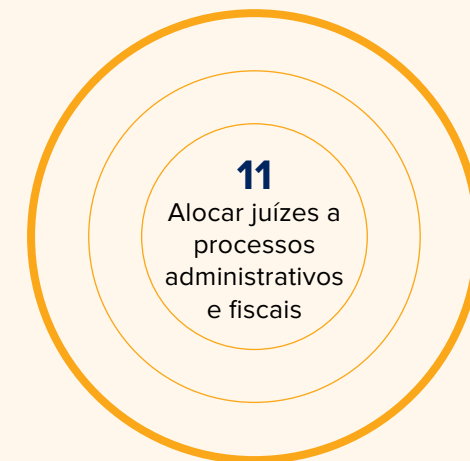
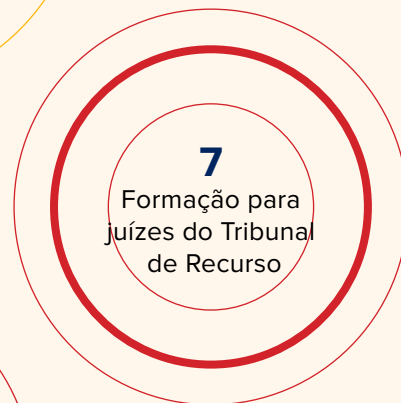
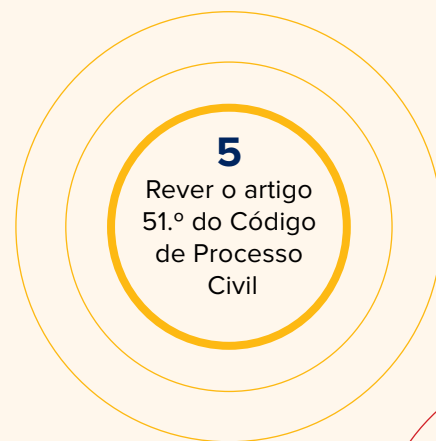
Recomendação: É improvável que o objetivo de longo prazo de tornar a justiça acessível a todos os timorenses seja alcançado a curto prazo sem que o sistema de justiça tradicional faça parte da solução. O direito costumeiro e a mediação podem reduzir o número de processos nos tribunais judiciais, mas aqueles mecanismos devem ser sujeitos a um sistema de pesos e contrapesos que assegure os valores da responsabilidade, a imparcialidade e a adesão aos valores constitucionais e dos direitos humanos.

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
19	Com base na investigação existente, lançar um projeto de investigação antropológica e jurídica sobre o direito costumeiro e a resolução alternativa de litígios em Timor-Leste.	Alta	Curto prazo	Governo	Há mais clareza sobre o âmbito do direito costumeiro e dos meios alternativos de resolução de litígios, as ligações com o sistema de justiça formal e a sua conformidade com os direitos humanos, a Constituição e as leis.	Alta
20	Com base nos resultados da investigação, elaborar legislação de base para definir uma divisão do trabalho entre o sistema tradicional e o sistema judiciário estatal e a interação entre os dois sistemas	Alta	Curto prazo	Governo Conselhos Superiores Parlamento Nacional	Há clareza quanto ao tipo de (pequenos) litígios de natureza civil e criminal ⁵ que podem ser (ou devem ser) resolvidos através do sistema consuetudinário ou de resolução alternativa de litígios	Alta
21	Desenvolver um programa de formação para os líderes tradicionais, as autoridades locais e a polícia local sobre a legislação e a regulamentação em matéria de direito costumeiro e a resolução alternativa de litígios, direitos humanos, direito da família, direito das terras e princípios de boa governação	Alta	Curto prazo	Governo	Os atores do direito costumeiro e as autoridades locais recebem formação sobre o âmbito e os limites do direito costumeiro e dos mecanismos alternativos de resolução de litígios, bem como sobre as suas ligações ao sistema judicial estatal	Alta
22	Incluir nos currículos das faculdades de direito das universidades um curso sobre os sistemas de direito tradicional em Timor-Leste	Alta	Curto prazo	Governo Universidades	Os estudantes de Direito estão familiarizados com o direito costumeiro e com as resoluções alternativas de litígios no seu país	Alta

⁵ Por exemplo, furtos, ofensas corporais simples, pequenos conflitos relacionados com a terra, injúrias, vandalismo, pequenos conflitos relacionados com direitos de pesca e de caça, embriaguez, etc.



SECÇÃO 5: ALARGAMENTO DO MAPA JUDICIÁRIO



Curto Prazo
1-2 anos

Médio Prazo
2-5 anos

Longo Prazo
5+ anos

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
10	Completar o mapa judiciário ao nível da primeira instância (tribunais de primeira instância, Ministério Público, Defensoria Pública e PDHJ) nos municípios previstos na Lei de Organização do Sistema Judiciário que ainda não dispõem de um tribunal	Alta	12 meses	Governo Conselhos Superiores PDHJ	O mapa judiciário é alargado para levar a justiça a todos os municípios	Alto
11	Alocar juizes para tratar exclusivamente de processos administrativos e fiscais nos tribunais de primeira instância, sempre que o número de processos o justifique	Média	12 meses	Conselho Superior da Magistratura	Há uma especialização gradual no tratamento de diferentes processos judiciais e é dada a devida atenção aos litígios administrativos e fiscais	Alto
12	Instalar o Supremo Tribunal de Timor-Leste	Média	12 meses	Governo Parlamento Nacional Conselhos Superiores	Reforçar o sistema judicial	Alto
13	Instalar o Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas de Timor-Leste	Média	12 meses	Governo Parlamento Nacional Conselhos Superiores	Reforçar o sistema judicial	Alto

O papel dos tribunais móveis

Desafio: O mapa judiciário não estará totalmente concluído a médio prazo. Recomenda-se, assim, o investimento em tribunais móveis como uma solução intermédia para alargar o acesso à justiça a todas as comunidades locais, pelo menos durante os próximos 15 anos. Apesar de alguma relutância nos níveis superiores do sistema judicial, os tribunais móveis estão a funcionar em municípios mais distantes. Mas o processo carece de coerência, de recursos e de coordenação entre os juizes, os procuradores e os defensores públicos.

Recomendação: Os tribunais móveis são uma solução intermédia necessária que requer uma política coerente, financiamento suficiente, procedimentos para a participação de juizes, procuradores, defensores públicos e funcionários judiciais, condições logísticas para funcionar e a necessária ligação no terreno com as autoridades locais e a polícia.

14	Elaborar um plano pormenorizado para a implementação dos tribunais móveis	Alta	12 meses	Governo Conselhos Superiores	Existe um acordo entre o Governo e os Conselhos Superiores sobre o papel dos tribunais móveis e as medidas que devem ser adotadas para melhorar o seu funcionamento	Alto
15	Preparar procedimentos operacionais uniformes para o funcionamento otimizado e coordenado dos tribunais móveis (calendarização e agendamento, coordenação, locais, etc.)	Alta	12 meses	Governo Conselhos Superiores	Está disponível regulamentação que estabelece as condições para a participação de magistrados, defensores públicos e funcionários judiciais, os requisitos logísticos e a necessária ligação no terreno (por exemplo, com os Chefes de Suco e a PNTL local)	Alto

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
16	Regulamentar as implicações orçamentais do funcionamento dos tribunais móveis (despesas de transporte, ajudas de custo para juizes, procuradores, defensores públicos e funcionários judiciais).	Alta	12 meses	Governo Conselhos Superiores	Disponibilidade de regulamentação transparente sobre a utilização de recursos financeiros e logísticos para um planeamento otimizado e coordenado das sessões dos tribunais móveis	Alto
17	Avaliar o funcionamento dos tribunais móveis após 3 anos de funcionamento	Alta	12 meses	Governo Conselhos Superiores	Há clareza sobre o que está e o que não está a funcionar de forma eficiente e são implementadas as mudanças necessárias para garantir um funcionamento otimizado dos tribunais móveis	Alto

Revisão das leis e procedimentos que não estão em conformidade com as capacidades atuais do setor da justiça

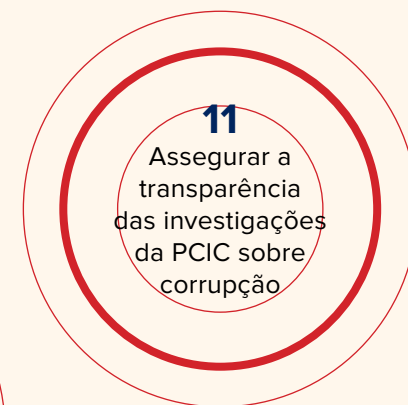
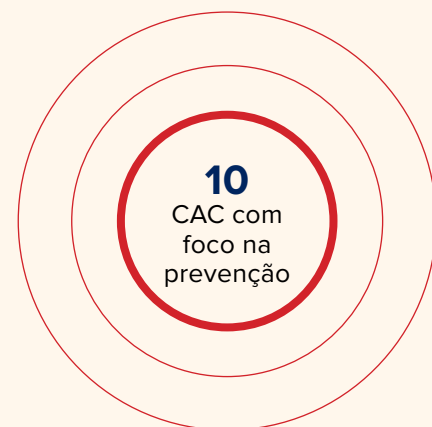
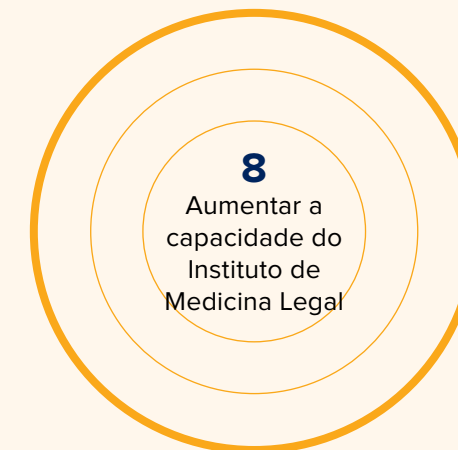
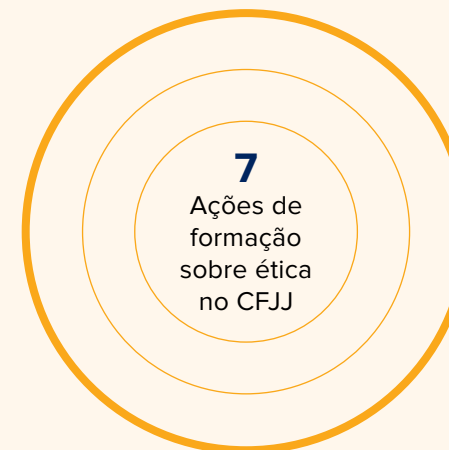
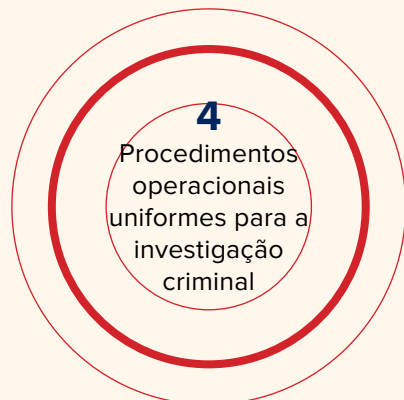
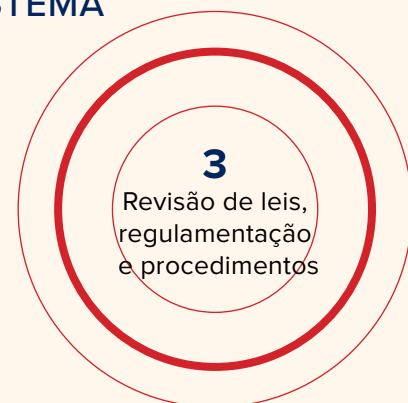
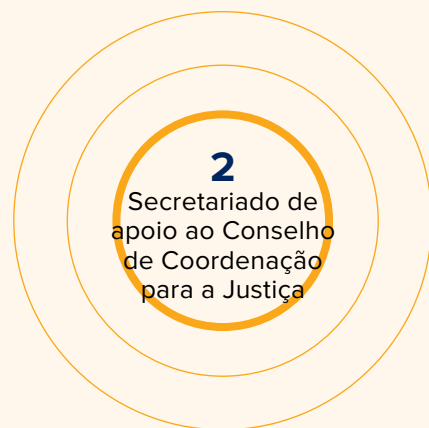
Desafio: Melhorar a eficácia do sistema de justiça requer uma abordagem sistémica. Nem todas as leis e regulamentação tomaram em consideração as características e capacidades do setor da justiça timorense. A introdução da fase de instrução, que coloca mais pressão sobre os recursos humanos do setor da justiça já de si limitados, é apenas um exemplo da adoção de soluções complexas que têm um impacto negativo na possibilidade de expandir o mapa judiciário.

Recomendação: Realizar uma revisão de todas as leis, regulamentação e procedimentos (incluindo objetivos de desempenho) que não tenham em consideração o contexto e as capacidades do setor da justiça.

18	Proceder a uma revisão das leis e regulamentações que não têm em consideração o contexto e as capacidades do setor da justiça (por exemplo, Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, Código Penal)	Alta	12 meses	Governo Parlamento Nacional Conselhos Superiores	Identificação e revisão das leis e regulamentação que foram copiadas de outros países e/ou que ignoram as capacidades nacionais e têm um impacto negativo no desempenho do sistema de justiça	Alto
19	Analisar sistematicamente a legislação em falta, especialmente a legislação processual, e considerar a sua adoção (por exemplo, lei processual para os processos administrativos e fiscais)	Média	12 meses	Governo Parlamento Nacional	A falta de legislação específica causa problemas na resolução de conflitos, que podem ser resolvidos através da sua adoção	Alto
20	Proceder a uma revisão dos procedimentos atuais (incluindo os objetivos de desempenho das diferentes profissões) que não têm em conta as capacidades atuais e que têm um impacto negativo no volume processual dos tribunais	Alta	12 meses	Governo Conselhos Superiores	Identificação dos procedimentos que ignoram as capacidades nacionais e têm um impacto negativo no desempenho do sistema judicial, realizando-se as devidas correções	Alto



SECÇÃO 6: MELHORAR A COORDENAÇÃO DO SISTEMA



Curto Prazo
1-2 anos

Médio Prazo
2-5 anos



SECÇÃO 6: MELHORAR A COORDENAÇÃO DO SISTEMA

Desafio: A melhoria do setor da justiça exige uma abordagem sistémica que assegure a articulação eficiente entre os diferentes elementos do sistema de justiça. No entanto, não se verifica uma articulação e coordenação entre as instituições do sistema de justiça otimizada; existe concorrência e falta de coordenação entre diferentes organismos e duplicação e sobreposição nas atribuições de diferentes instituições (por exemplo, entre o Ministério Público e a PNTL, entre a PCIC e a PNTL). A falta de coordenação das ações de investigação criminal é também um dos fatores que influencia o arquivamento de processos. Verifica-se, ainda, a existência de atuações e relações inadequadas entre defensores públicos, advogados de defesa, procuradores e juízes.

Recomendação: Atendendo à limitação dos recursos disponíveis, é necessária uma melhor coordenação para evitar duplicações e clareza na interação, articulação e complementaridade ética das instituições de justiça.

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
1	Alargar a missão e as atribuições do Conselho de Coordenação para a Justiça, transformando-o num verdadeiro órgão de coordenação, responsável por facilitar a comunicação, a cooperação e a coordenação das atividades entre as instituições judiciárias, a fim de garantir uma abordagem coerente e unificada da administração da justiça	●	▬	Governo Conselhos Superiores	Melhor articulação e cooperação entre os organismos do sistema judicial Alinhamento com as políticas definidas	◎

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
2	Criar um secretariado capaz de apoiar o Conselho de Coordenação para a Justiça ⁶	●	▬	Governo Conselhos Superiores	Assegurar que o Conselho de Coordenação tem capacidade para implementar e executar as medidas adotadas	◎
3	Revisão das leis, regulamentação e procedimentos que impedem uma melhor coordenação no setor da justiça ou entre as instituições judiciais e outros ministérios	●	▬	Governo Parlamento Nacional	As leis e regulamentação que não têm em conta as capacidades do setor da justiça timorense são alteradas	◎
4	Emitir procedimentos operacionais uniformes que clarifiquem as competências e jurisdições dos diferentes intervenientes na investigação criminal: procuradores, PCIC e PNTL, juízes	●	▬	Governo Conselhos Superiores	Há clareza sobre quem faz o quê e quando durante o processo de investigação criminal, eliminando assim sobreposições, duplicação de funções, conflitos e desperdício de recursos	◎
5	Rever e reforçar os mecanismos de coordenação entre o Ministério Público e a polícia (por exemplo, comissões nacionais de coordenação e oficial de ligação da polícia em cada um dos gabinetes locais do Ministério Público)	●	▬	Governo Conselho Superior do Ministério Público PNTL	Existe uma melhor coordenação e comunicação entre o Ministério Público e o PNTL	◎
6	Realizar ações de formação conjuntas e ações de sensibilização para todos os agentes envolvidos na investigação criminal (procuradores, polícias, agentes das unidades especializadas, como a PCIC) sobre as respetivas atribuições e mecanismos de coordenação	●	▬	Governo Conselhos Superiores PNTL CFJJ	Uma melhor compreensão, por parte de todos os intervenientes, relativamente às atribuições das diferentes instituições conduz a uma prestação de justiça mais eficiente	◎
7	Realizar ações de formação em matéria de ética através do CFJJ (para todas as profissões forenses) e da Ordem dos Advogados (para os advogados privados)	●	▬	Governo CFJJ Ordem dos Advogados	As atuações e relações inadequadas entre defensores públicos, advogados de defesa e procuradores e juízes são reduzidas	◎
8	Reforçar a capacidade do Instituto de Medicina Legal, cuja atividade, em coordenação com as restantes entidades, é essencial para a investigação criminal	●	▬	Governo	Melhorar a qualidade e eficiência das investigações criminais	◎

⁶ Existem diferentes opções para a composição deste secretariado, podendo ser composto por funcionários do Ministério da Justiça, possivelmente com o apoio de um parceiro de desenvolvimento empenhado em apoiar a implementação do roteiro.

Racionalização de papéis e funções no combate à corrupção

Desafio: Existem sobreposições de atribuições entre a PCIC (que responde perante o Ministro da Justiça) e a Unidade de Investigação da Comissão Anti-Corrupção (que responde perante o Parlamento). A unidade de investigação da CAC não parece demonstrar competências técnicas tão adequadas para investigar casos de corrupção e de criminalidade altamente organizada, que é também atribuição da PCIC (mais bem equipada).

Recomendação: Num país com recursos limitados, é necessário, sempre que possível, concentrar os recursos humanos, técnicos e materiais. Recomenda-se o investimento na concentração de recursos para a investigação da corrupção e crimes conexos na PCIC e no Ministério Público e, conseqüentemente, a revisão das funções da CAC em conformidade.

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
9	Extinguir a Unidade de Investigação da CAC e transferir a sua missão, atribuições e pessoal para a PCIC (requer a revisão da Lei 8/ 2009 que cria a CAC)	Alta	Curto prazo	Governo Parlamento Nacional	A divisão de tarefas entre a CAC e a PCIC é clara e as competências para o combate à corrupção estão concentradas na PCIC	Alta
10	Rever as atribuições da CAC para que esta se centre essencialmente na prevenção	Alta	Curto prazo	Governo Parlamento Nacional	Enquanto signatário da UNCAC, Timor-Leste está em conformidade com a convenção, tendo dois organismos envolvidos na luta contra a corrupção: um responsável pela prevenção (CAC) e outro pela investigação (PCIC)	Alta
11	Analisar e, se necessário, rever o enquadramento organizacional da PCIC, a fim de assegurar a transparência das investigações em matéria de corrupção	Alta	Curto prazo	Governo Parlamento Nacional	Existe transparência na atuação da PCIC, evitando-se suspeitas de politização das investigações em matéria de corrupção	Alta
12	Desenvolver uma estratégia nacional de luta contra a corrupção, alinhada com o processo de digitalização do setor da justiça, que inclua a criação de campanhas de sensibilização e a formação intensiva de todos os agentes do sector da justiça sobre o fenómeno da corrupção, as suas conseqüências e a sua prevenção	Média	Curto prazo	Governo CAC	Há clareza quanto à forma como Timor-Leste coordena as instituições nacionais para implementar um sistema de tolerância zero à corrupção na sociedade	Alta
13	Estabelecer canais e mecanismos eficazes para assegurar a cooperação e a coordenação entre as várias instituições envolvidas na luta contra a corrupção (Ministério Público, PCIC, Provedoria dos Direitos Humanos e da Justiça, Ministério das Finanças, Ministério do Interior, Comissão da Função Pública)	Média	Curto prazo	Governo PDHJ Conselho Superior do Ministério Público Comissão da Função Pública CAC	Existem mecanismos para coordenar as competências das diferentes instituições que desempenham um papel direto ou indireto no combate à corrupção	Alta





SECÇÃO 7: MODERNIZAR O SETOR DA JUSTIÇA ATRAVÉS DE INOVAÇÕES E DA GOVERNAÇÃO DIGITAL



Curto Prazo
1-2 anos

Médio Prazo
2-5 anos



Desafio: Timor-Leste enfrenta desafios significativos no acesso a recursos tecnológicos devido à fragilidade da sua economia e ao subdesenvolvimento das suas infraestruturas. O acesso limitado à internet e a ausência de equipamentos informáticos contribuem para medidas de segurança débeis e para as dificuldades de comunicação no sector da justiça. O equipamento e a tecnologia inadequados impedem a eficiência e a eficácia do sistema judicial.

Recomendação: Implementar uma solução coerente que considere o sistema de justiça como um todo e garanta o desenvolvimento dos sistemas de informação no futuro, assegurando a sua interoperabilidade, extensibilidade e sustentabilidade.

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
1	Desenvolver uma estratégia global para a transformação digital do sector da justiça que, respeitando a autonomia de cada instituição, a privacidade e confidencialidade dos procedimentos, assegure a interoperabilidade, a modularidade e a extensibilidade, bem como a sustentabilidade	●	—————	Governo Conselhos Superiores Procuradoria-Geral da República	Conseguir um ambiente digital coerente, capaz de se adaptar e responder às necessidades futuras	
2	Aprovar legislação sobre a governação de dados do sector da justiça	●	—————	Parlamento Nacional	Assegurar um ambiente digital com garantias, respeito pela separação de poderes e pela proteção de dados	

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
3	Inventário das necessidades informáticas das diferentes instituições	●	▬	Governo Conselhos Superiores Procuradoria-Geral da República Defensoria Pública	Responder às necessidades identificadas, dotando as instituições dos recursos necessários	
4	Lançar um programa de formação destinado aos funcionários judiciais para reforçar as capacidades e competências em matéria de tecnologias de informação e comunicação (TIC)	●	▬	Governo CFJJ	Garantir que os sistemas de informação são utilizados em todo o seu potencial	
5	Lançar um projeto de criação de uma biblioteca digital, começando pela recolha e digitalização das decisões do Tribunal de Recurso (e do Tribunal de 1.ª Instância de Díli) e de outras publicações jurídicas e de jurisprudência	●	▬	Ministério da Justiça Tribunal de Recurso	Assegurar o acesso às decisões judiciais e uma maior transparência na administração da justiça, encontrando simultaneamente um equilíbrio entre o direito à informação e a proteção dos dados pessoais	
6	Desenvolvimento de um sistema uniforme e fiável para a gestão processual e assegurar os recursos necessários à instituição para o manter	●	▬	Governo Conselho Superior da Magistratura Procuradoria-Geral da República	Simplificar a gestão dos processos judiciais, facilitar a recolha de dados estatísticos sobre o setor da justiça (por exemplo, processos pendentes, número de recursos e outros fatores importantes para a gestão e o planeamento do sistema). Facilitar a inspeção e a avaliação das atividades dos tribunais e dos magistrados.	
7	Desenvolvimento de um sistema uniforme e fiável de acompanhamento dos processos da população prisional	●	▬	Direção Nacional dos Serviços Prisionais e da Reinserção Social (DNSPRS)	Simplificar a gestão da população prisional; facilitar a recolha de dados estatísticos; facilitar a inspeção e a avaliação do sistema prisional; evitar o prolongamento da pena de prisão	
8	Promover a utilização da tecnologia para a realização de cursos de formação a distância para as profissões forenses	●	▬	Ministério da Justiça CFJJ Universidades	Conseguir economias de escala e um maior alcance através de módulos de formação a distância. Aumentar as oportunidades de cooperação internacional no domínio da formação judiciária	

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
9	Melhorar a capacidade dos serviços de registo e notariado para garantir que os atos sejam executados rapidamente e de forma acessível aos cidadãos. Continuar a implementar o alargamento da emissão de bilhetes de identidade a todos os municípios e continuar a investir na emissão do Passaporte Eletrónico de Timor-Leste/Cartão Único de Identificação	●	▬	Governo	A modernização do sistema de registo civil melhora o acesso aos serviços, incluindo o acesso à justiça e à assistência jurídica	
10	Considerar o modelo das <i>one-stop-shops</i> para a o desenho das estruturas da justiça	●	▬	Ministério da Justiça Conselhos Superiores Procuradoria-Geral da República	Aproveitar a economia de escala	



Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
2	Desenvolvimento de um sistema uniforme e fiável de acompanhamento dos processos da população prisional	●		Direção Nacional dos Serviços Prisionais e da Reinserção Social (DNSPRS)	Simplificar a gestão da população prisional; facilitar a recolha de dados estatísticos; facilitar a inspeção e a avaliação do sistema prisional; evitar o prolongamento da pena de prisão.	
3	Desenvolver e aplicar o conceito de prisões produtivas: um programa destinado a proporcionar formação profissional e a envolver os reclusos, durante o período de privação da liberdade, em várias formas de trabalho produtivo - publicar regulamentação sobre vários regimes de atribuição de trabalho às pessoas privadas de liberdade	●	DNSPRS	DNSPRS	Os reclusos são preparados para se reintegrarem na sociedade e, ao mesmo tempo, exercem um trabalho remunerado durante a sua pena de prisão	
4	Aplicar um programa de reinserção social para apoiar a integração de antigos reclusos nas comunidades locais	●	DNSPRS Sociedade civil	DNSPRS Sociedade civil	Existe um processo sólido, apoiado por profissionais dedicados, para assegurar a reintegração na sociedade de pessoas que cumpriram uma pena de prisão	
5	Patrocinar uma rede de organizações da sociedade civil/assistentes sociais nos municípios para acompanhar pessoas que cumpriram pena de prisão - em especial os jovens e as mulheres - no seu processo de reintegração, se necessário com apoio jurídico	●	DNSPRS Sociedade civil Administrações locais	DNSPRS Sociedade civil Administrações locais	Existe um processo sólido, apoiado por profissionais dedicados, para assegurar a reintegração na sociedade das pessoas que cumpriram pena de prisão	





SECÇÃO 9:
GESTÃO DE TERRAS E PROPRIEDADES
- UM TEMA QUE REQUER ESPECIAL ATENÇÃO



Desafio: As questões relacionadas com a propriedade e a posse da terra em Timor-Leste são complexas e profundamente marcadas pela história da nação. As principais instituições responsáveis pela administração da terra e propriedade debatem-se com limitações de recursos, nomeadamente com a falta de juristas qualificados. Subsistem elevados níveis de discricionariedade na tomada de decisões. O sistema carece de transparência e de previsibilidade, e práticas discricionárias ou pouco transparentes são uma fonte potencial de injustiça, clientelismo e corrupção.

Recomendação: Melhorar o sistema é um esforço complexo que exigirá tempo e recursos. É importante que as fragilidades sistémicas sejam abordadas através de um programa específico de melhoria do sistema de terras e propriedades, o que não significa que alguns dos desenvolvimentos legislativos urgentes não devam ser de imediato adotados. No entanto, estes devem fazer parte de uma avaliação exhaustiva de todo o sistema de terras e propriedades e das propostas de reforma conexas.

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
1	Efetuar um inventário exaustivo de toda a legislação e regulamentação adicional necessária para apoiar a implementação do pacote da Lei das Terras, do Código Civil e de outra legislação relacionada com as terras e propriedades (ver lista de atos urgentes no relatório principal)	●		Gabinete do Primeiro Ministro Ministério da Justiça Parlamento Nacional	Um quadro jurídico e regulamentar completo e transparente que apoie a responsabilização e a transparência na governação da terra e da propriedade	

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
2	Rever a divisão do trabalho entre as diferentes instituições envolvidas na gestão das terras e propriedades, incluindo a inventariação de potenciais conflitos de interesses entre as diferentes instituições	Red	Progresso	Gabinete do Primeiro Ministro Ministério da Justiça	Um quadro jurídico e regulamentar completo e transparente que apoie a responsabilização e a transparência na governação da terra e da propriedade	Produção de resultados
3	Inventariar os recursos humanos atuais das instituições relativas às terras e propriedades a nível central e municipal, preparar um plano de desenvolvimento de recursos humanos para a DGTP, a DGRN e o CTP e realizar uma análise de competências para verificar se as competências atuais correspondem aos requisitos profissionais exigidos para estas instituições	Amarelo	Progresso	Ministério da Justiça	Um quadro jurídico e regulamentar completo e transparente que apoie a responsabilização e a transparência na governação das terras e da propriedade	Produção de resultados
4	Alocar um certo número de licenciados do programa de bolsas de estudo (nas faculdades de direito portuguesas) à DGTP, à DGRN e à CTP como técnicos do Direito	Red	Progresso	Ministério da Justiça	Os organismos responsáveis pela governação das terras e da propriedade dispõem dos recursos humanos necessários para aplicar as leis e a regulamentação relativa às terras e propriedades	Produção de resultados
5	Desenvolver um programa de formação abrangente para todo o pessoal da DGTP, DGRN e CTP	Red	Progresso	Ministério da Justiça CFJJ	Os organismos responsáveis pela governação das terras e propriedades dispõem dos recursos humanos necessários para aplicar as leis e a regulamentação relativa às terras e propriedade	Produção de resultados
6	Analisar, na prática, a divisão de processos entre o sistema formal de resolução de litígios e o sistema de direito costumeiro (e os mecanismos alternativos de resolução de litígios) e legislar sobre as relações entre o sistema tradicional de resolução de litígios em matéria de terras e propriedades e o sistema de justiça formal	Amarelo	Progresso	Ministério da Justiça	Os organismos responsáveis pela governação das terras e propriedades dispõem dos recursos humanos necessários para aplicar as leis e a regulamentação relativa às terras e propriedade	Produção de resultados
7	Aumentar a capacidade da Inspeção do Ministério da Justiça com juristas especializados em direito das terras e propriedades, a fim de assegurar a supervisão da administração pública em matéria de terras e propriedades	Red	Progresso	Ministério da Justiça	A forma como o sistema jurídico formal e o tradicional interagem entre si é clara	Produção de resultados

Nr.	Ações	Prioridade	Prazo de execução	Atores Instituições	Resultados esperados	Produção de resultados
8	Produzir a legislação necessária sobre as zonas de proteção comunitária e dos bens imóveis comunitários e o Fundo Financeiro Imobiliário	Red	Progresso	Ministério da Justiça Parlamento Nacional	Existe um controlo profissional adequado da administração das terras e propriedades	Produção de resultados
9	Produzir outra legislação e regulamentação necessária (sistema de identificação das pessoas coletivas que podem ser titulares de direitos de propriedade em Timor-Leste; sistema de indemnização e reembolso; tabela de emolumentos dos atos de registo predial; procedimentos de registo de casamentos)	Red	Progresso	Ministério da Justiça	Um quadro jurídico e regulamentar completo e transparente que apoie a responsabilização e a transparência na governação das terras e propriedades	Produção de resultados





